

## 9º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

### A EXPERIÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO PÚBLICA DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO NOROESTE PARANAENSE

Kemely Bruna Zandonadi Ferriani Branco<sup>1</sup>

Geovani Marx Rosa<sup>2</sup>

Ednaldo Michellon<sup>3</sup>

A certificação dos alimentos orgânicos é uma forma de assegurar ao consumidor que o produto que ele está adquirindo foi produzido dentro de um sistema orgânico, sem a utilização de agrotóxicos, respeitando o meio ambiente e o ser humano. Assim, corroborando este processo, o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) pretende consolidar a criação de uma rede de apoio à certificação no Paraná, inserindo agricultores e agroindústrias familiares neste mercado. Assim, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), responsável pelo PPCPO na região Noroeste do Estado, divulgou o programa por meio de reuniões com agricultores, profissionais do Instituto Emater, Sebrae, prefeituras dos municípios da região e eventos agropecuários, assim como com outros projetos de extensão na UEM. Por meio desse trabalho, foi possível realizar 22 estudos de caso, sendo 21 de produção vegetal e um de processamento; porém, destes, quatro não foram aceitos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), quatro produtores desistiram durante o processo de adequação e dois após a auditoria inicial. Foram realizadas seis auditorias de certificação. O programa se deparou com diversos entraves que impossibilitaram a realização de um maior número de auditorias. Contudo, os produtores que ingressaram no programa estão satisfeitos e esperam colher os frutos deste trabalho após receberem o selo da certificadora, pois por meio deste poderão obter maior reconhecimento e uma melhor remuneração pela produção. Verificou-se também que se faz necessária a divulgação dos benefícios oriundos do sistema de produção orgânico aos consumidores, a fim de incentivar seu consumo.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Agroindústria. Desenvolvimento sustentável.

**Área temática:** Meio ambiente.

**Coordenador do projeto:** Ednaldo Michellon, [emichellon@uem.br](mailto:emichellon@uem.br), Departamento de Agronomia e Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá.

#### Introdução

---

<sup>1</sup> Eng. de alimentos. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Engenharia Química da UEM.

<sup>2</sup> Eng. Agrônomo, Universidade do Estado de Mato Grosso.

<sup>3</sup> Eng. Agrônomo, Prof. Dr. Departamento de Agronomia e Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá.

A agricultura orgânica vem crescendo a participação no mercado, dado os retornos socioeconômicos proporcionados aos produtores, e pelo interesse dos consumidores por alimentos saudáveis e nutritivos.

A sua presença ainda oferece aspectos positivos no entorno ambiental, pois respeita o equilíbrio ecológico dos ambientes em todo o processo de obtenção dos produtos orgânicos e torna o pensamento global da sustentabilidade algo concreto. Assim, avançou-se nesta área, com o surgimento de várias escolas de pensamento no entorno como se verá a seguir.

O sistema orgânico de produção foi proposto pelo engenheiro agrônomo inglês Albert Howard, que trabalhou com pesquisa na Índia aproximadamente quarenta anos, no início do século XX.

Por sua vez, no Brasil, esta ideia de sistemas orgânicos foi crescendo, a partir dos anos 1970, e permeava o pensamento de profissionais que provinham do meio agrônomo, os quais eram contra o padrão agroquímico da chamada Revolução Verde. Dentre essas pessoas se destacavam José Lutzenberger, Ana Maria Primavesi e Adilson Paschoal (KHATOUNIAN, 2001).

Nos anos 1980, na esteira do movimento pela agricultura alternativa, e nos anos 1990 e 2000, com os movimentos ao entorno da agroecologia, as organizações e instituições ligadas à produção orgânica se multiplicaram, cresceu o número de produtores e de consumidores e a produção se expandiu em quantidade, diversidade e qualidade (KHATOUNIAN, 2001; MORAES e MICHELLON, 2010).

Atualmente, consumidores em busca de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e, conseqüentemente, agroindústrias, feiras, supermercados, dentre outros pontos de comercialização de alimentos, estão se enquadrando na filosofia do movimento orgânico. Isso possibilita a expansão da produção de produtos orgânicos nas propriedades já caracterizadas como agroecológicas e também como incentivo para viabilização de conversão de propriedades, até então convencional, à produção orgânica.

Junto a esse requerido aumento da produção, está a necessidade de assegurar a qualidade dos produtos orgânicos, assim como o levantamento de dados da propriedade de onde tais produtos orgânicos provêm.

Para tanto, se dá a importância da certificação dos produtos, processos e serviços, o Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, define a certificação orgânica como:

ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes (BRASIL, 2007, p. 2).

Mesmo considerando a importância da certificação dos produtos orgânicos, poucos estabelecimentos são certificados no Brasil. Segundo o IBGE (2006), do total das propriedades que fazem uso da agricultura orgânica (90.497 estabelecimentos), apenas 5,6% são certificados; a grande maioria, 94,4%, não é certificada.

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos de produção agropecuária, 4.527 são utilizados para a produção orgânica e, entre estes, apenas 909 (20,1%) são certificados (IBGE, 2006). Porém, a agricultura orgânica vem crescendo consideravelmente, e cada vez mais os produtores buscam formalizar sua produção por meio da certificação, podendo esses dados estarem desatualizados.

Tendo em vista esse crescente mercado, o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e

Ensino Superior do Paraná (Seti), do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), juntamente com oito instituições públicas de ensino superior distribuídas no Estado, busca, com a parceria de todos, contribuir para o desenvolvimento da agricultura orgânica do Paraná, por meio da certificação gratuita para agricultores e agroindústrias familiares no período de agosto de 2009 a julho de 2011, na sua primeira fase.

Assim, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), responsável em atender a região Noroeste do Estado criou o núcleo de certificação Certo, cujo objetivo é apoiar e inserir no mercado formal, através da obtenção do selo de Conformidade Orgânica, produtores e agroindústrias familiares que já cultivam produtos orgânicos, que ainda não são certificados ou que pretendem iniciar o sistema de produção orgânico.

## **Materias e Métodos**

Inicialmente, foi engendrada uma unidade de apoio à certificação na UEM, para servir de ponto de amparo aos produtores familiares e agroindústrias interessados em participar do programa de certificação.

Porém, não houve a procura esperada por parte dos produtores da região na unidade de apoio. Assim, dada esta dificuldade, os profissionais se responsabilizaram em fazer a busca por produtores.

A divulgação ocorreu por meio de reuniões com grupos de produtores, contato com profissionais do Instituto Emater, do Sebrae, autônomos, prefeituras dos municípios da região e em eventos agropecuários, assim como em outros projetos de extensão na UEM.

Simultaneamente, o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) realizou a capacitação técnica dos profissionais atuantes no projeto, visando à formação de consultores e auditores em Sistema de Produção Orgânico.

Após a capacitação técnica os profissionais já estavam aptos para realizar um levantamento da demanda da produção orgânica e de certificação na região Noroeste, onde foram selecionadas unidades familiares de produção e agroindústrias com aptidão para a produção orgânica para servirem de estudo de caso.

Os estudos de caso foram realizados por meio de formulários, divididos de acordo com o tipo de produção (Vegetal, Animal, Processamento e Extrativismo Sustentável). Eles buscavam obter informações que pudessem definir se o produtor possui ou não perfil para atuar no Sistema de Produção Orgânico, e só eram encaminhados ao Tecpar caso este quesito fosse verificado. As informações obtidas abrangiam os seguintes aspectos da propriedade: área de produção, rastreabilidade, matrícula do imóvel, outorga de uso da água, reserva legal, aspectos sociais como condições de trabalho, acesso à escola, etc., ou seja, informações que se resumem no cumprimento da base da produção orgânica (Economicamente viável, Ecologicamente correta e Socialmente justa), da Lei Federal nº 10.831/2003, da Instrução Normativa 64/2008, das Instruções Normativas Conjuntas 17 e 18/2009.

Quando favorável o enquadramento do produtor no programa, iniciou-se um acompanhamento técnico para busca da certificação, por meio da adequação das propriedades às normas legais de conformidade.

Concomitantemente com as ações de apoio às unidades familiares e agroindústrias, foram realizadas auditorias iniciais de certificação. Estas foram realizadas por auditores do Tecpar e do núcleo de Londrina.

## Discussão de Resultados

Até junho de 2011, foram visitadas 79 propriedades distribuídas na região noroeste do estado do Paraná, nas quais foi possível obter 22 estudos de caso em propriedades com potencial para produção orgânica, sendo 21 de produção vegetal e um de processamento, conforme mostra a Tabela 1. Porém, destes, quatro não foram aceitos pelo Tecpar, quatro produtores desistiram durante o processo de adequação e dois após a auditoria inicial.

**Tabela 1-** Panorama dos estudos de caso realizados até maio de 2011.

Municípios visitados	Propriedades visitadas	Estudos de caso		Estudos de caso aprovados	Auditorias realizadas	Nº de certificados emitidos
		PV	P			
Apucarana	01	01	-	01	01*	-
Atalaia	01	-	-	-	-	-
Colorado	04	03	-	03	-	-
Diamante do Norte	02	-	-	-	-	-
Mandaguari	10	-	-	-	-	-
Marilena	02	02	-	02	01*	-
Maringá	28	-	-	-	-	-
Nova Londrina	10	03	-	03	01	01
Paranacity	01	-	01	01	-	-
Paranavaí	04	01	-	-	-	-
Peabiru	02	02	-	02	-	-
Querência do Norte	13	08	-	06	03	03
Santa Fé	01	01	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>21</b>	<b>01</b>	<b>18</b>	<b>06</b>	<b>04</b>

Fonte: dados obtidos do Programa Paranaense de Produtos Orgânicos – Noroeste Paranaense (Certo/UEM).  
PV – Produção primária vegetal. P – Processamento. \*Produtores desistentes após a auditoria.

Os motivos para reprovação dos estudos de caso foram o não cumprimento dos requisitos legais (matrícula do imóvel) e o longo período de conversão que ultrapassou a data limite para as últimas auditorias.

Com relação às desistências, os motivos principais foram a falta de tempo e mão-de-obra, dificuldade em realizar as anotações no caderno de campo e o período de conversão.

Atualmente, o projeto está acompanhando doze produtores, sendo que oito estão em fase de adequações para então receber auditoria do Tecpar; os outros seis passaram por auditoria, dois deles desistiram e quatro já tiveram seus certificados emitidos.

Os produtores que estão sendo atendidos pelo programa, em sua maioria, residem em assentamentos ou vilas rurais, possuem propriedades de pequeno porte, que variam de 0,5 ha a 23,0 ha, com área média de produção orgânica de 2,4 ha, e, em geral, produzem oleráceas, ginseng e acerola.

Em suma, o projeto realizou reuniões de apresentação do programa em treze municípios, entrou em contato com prefeituras e com o Instituto Emater de quinze municípios e está atendendo a sete destes na região noroeste. Isso acontece, em boa medida, devido ao pouco conhecimento sobre a produção orgânica e às dificuldades para produzir nesse sistema, uma vez que a região é grande produtora de cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja em sistemas convencionais. Isso impede a produção orgânica nas áreas limítrofes ou próximas devido à ocorrência de deriva de produtos sintéticos aplicados, podendo ocorrer a contaminação das áreas de produção orgânica.

Por meio dos estudos de caso realizados, pode-se perceber as dificuldades em comum entre os produtores para cumprir os requisitos da legislação de orgânicos. Os produtores, em sua maioria, não possuem hábito de manter registros de entradas e saídas da propriedade, dificultando o cumprimento das exigências da Rastreabilidade.

Outras dificuldades observadas nas propriedades são: não possuir Plano de Manejo, outorga ou dispensa de outorga de uso da água, barreiras de proteção contra contaminação com as áreas limítrofes e averbação da reserva legal.

Em contato com produtores, ficaram claras as duas maiores dificuldades para a produção orgânica; a falta de assistência técnica especializada e, a falta de mercado para comercialização dos produtos, pois os consumidores de pequenos municípios conhecem pouco sobre produtos orgânicos e a importância em consumi-los, causando, assim, um desequilíbrio na cadeia produtiva.

## **Conclusões**

O Programa deparou-se com diversos entraves, o que impossibilitou a realização de um maior número de auditorias. Todavia, os produtores que souberam aproveitar essa oportunidade estão satisfeitos e com boas expectativas após a obtenção do selo de “Conformidade de Produto Orgânico”.

Os produtores entendem que com seus produtos certificados eles poderão obter maior reconhecimento e uma melhor remuneração por eles, além de terem consciência do bem que a agricultura orgânica traz para eles e para a comunidade.

É importante lembrar que, por meio desse programa, os produtores e as agroindústrias familiares estão sendo inseridos de forma profissional na cadeia produtiva de produtos orgânicos no Estado, aumentando a sua competitividade por meio do selo da certificadora.

Por meio do trabalho de campo, fica claro que deve existir uma conscientização dos consumidores sobre a importância da produção orgânica, mostrando-lhes que os orgânicos vão além de produtos sem agrotóxicos, pois o Sistema de Produção Orgânica é baseado na sustentabilidade da cadeia produtiva, visando à melhoria da qualidade de vida dos agentes envolvidos. Por isso, faz-se necessária uma união de prefeituras, governo do Estado e órgãos afins, para incentivar o consumo de produtos orgânicos, lembrando que o consumidor é um membro importante, se não o principal da cadeia produtiva da produção orgânica.

Por fim, fica evidente a necessidade da continuidade do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, para, assim, poder-se obter resultados mais concretos e beneficiar um número maior de produtores e agroindústrias familiares, pois o seu interesse na certificação de produtos orgânicos vem crescendo gradativamente, conforme a atuação do projeto nos municípios envolvidos.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, p. 2-8.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

KHATOUNIAN. C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

MORAES, M. L. de; MICHELLON, E. A inovação schumpeteriana na produção de açúcar orgânico: a Usina São Francisco (UFRA) e o manejo agroecológico. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...**Campo Grande: SOBER, 2010.